



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008265-03.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **PAGLIARONI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**  
 Requerido: **Torri D'Grécia Empreendimentos Imobiliários Ltda. SPE**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos

Trata-se de ação de cobrança pelo rito sumário.

O autor sustenta ter prestado serviços de engenharia à ré, que não pagou os valores referentes aos serviços de agosto e setembro de 2014, que pretende receber.

A parte ré foi pessoalmente citada (fl. 50), para comparecer à audiência de conciliação e apresentar defesa, não comparecendo (fl. 52).

É o relatório.

Decido.

É caso de julgamento antecipado da lide, na forma do artigo 330, inciso II do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se regularmente instruída e dos documentos de fls. 21/30 fica evidente a contratação.

Além disso, as notas fiscais de fls. 32/34 indicam a efetiva prestação de serviços, o que se soma à ausência de contestação para dar ainda mais credibilidade à versão inicial, sendo evidente o deslinde.

Posto isso, julgo PROCEDENTE a ação de cobrança e, via de consequência, condeno a parte ré ao pagamento de R\$8.465,61 com juros moratórios de 1% ao mês e correção monetária contados da citação.

Condeno-a, ainda, ao pagamento das custas, despesas

**1008265-03.2015.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor atualizado da condenação.

Tendo em vista que a parte ré não ingressou nos autos, o prazo para pagamento espontâneo do débito previsto pelo artigo 475-J, *caput*, do CPC, passará a fluir automaticamente a partir do trânsito em julgado da sentença, diante do disposto no artigo 322, do CPC.

À falta de cumprimento espontâneo, deverá o exequente providenciar planilha atualizada de débito, com a incidência da multa legal de 10%, indicando bens à penhora, independentemente de nova intimação.

No silêncio, aguarde-se provocação no arquivo eletrônico.

PRIC

São Carlos, 07 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**